



LEI ORDINÁRIA Nº 3016

de 18 de dezembro de 2025

Disciplina o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS e o seu Conselho Gestor, define suas competências e atribuições, estabelece normas para aplicação de seus recursos, revoga as Leis Municipais nº 2.011/2007 e nº 2.086/2008 e dá outras providências.

O PREFEITO DE CORUMBÁ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 1º Fica disciplinado, nos termos desta Lei, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, de natureza contábil, que tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais, direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º O FHIS é constituído pelas seguintes fontes de recursos:

I - Dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação e regularização fundiária;

II - Outros fundos e programas que vierem a ser incorporados ao mesmo;

III - Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação e de regularização fundiária;

IV - Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V - Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do fundo;

VI - Restituições de financiamentos e investimentos sociais com retorno de programas habitacionais;

VII - Restituições de financiamentos e taxas administrativas de programas de regularização fundiária, e;

VIII - Outros recursos que lhe vierem a serem destinados.

Seção II

Do Conselho Gestor do FHIS

Art. 3º O FHIS será administrado pelo Conselho Gestor, órgão de natureza deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora, de composição paritária, formado por 8 (oito) membros nomeados por Decreto do Prefeito, representantes do Poder Executivo Municipal, entidades de ensino e de profissionais, bem como da sociedade civil,

sendo:

I - Um representante da Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - AMHARC;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SISP;

III - Um representante da Procuradoria-Geral do Município - PGM;

IV - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

V - Um representante de instituição de ensino superior;

VI - Um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/MS;

VII - Um representante de movimento social ligado à questão da moradia, e;

VIII - um representante de entidade não governamental cujo enfoque seja o auxílio humanitário a pessoas de baixa renda.

§ 1º *As vagas dos órgãos e entidades serão preenchidas por titulares e suplentes.*

§ 2º *A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo Diretor-Presidente da Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - AMHARC.*

§ 3º *O Presidente do Conselho Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.*

§ 4º *Competirá à Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - AMHARC proporcionar os meios necessários para o exercício das competências do Conselho Gestor do FHIS.*

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 4º *As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas às ações*

vinculadas aos programas de habitação de interesse social e de regularização fundiária que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - assistência técnica e elaboração de projetos e estudos técnicos necessários à implantação do empreendimento habitacional, projeto técnico social e avaliações pré e pós-ocupação;

VIII - locação ou aquisição de veículos, equipamentos topográficos e software para fins de processamento dos levantamentos topográficos, de uso exclusivo da AMHARC;

IX - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FHIS;

Parágrafo único. *Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.*

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 5º *Ao Conselho Gestor do FHIS compete:*

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, captação e alocação de recursos do FHIS e atendimento dos

beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, na política e no plano municipal de habitação;

II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III - deliberar sobre as contas do FHIS;

IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

V - aprovar seu regimento interno, disciplinando a organização, funcionamento e procedimentos do Conselho;

VI - deliberar sobre o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;

VII - acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos programas, ações e projetos habitacionais financiados com recursos do FHIS, bem como seus resultados e impactos sociais;

VIII - acompanhar e fiscalizar a gestão financeira e contábil do FHIS;

IX - zelar pela observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade na execução dos recursos do FHIS;

§ 1º *As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.*

§ 2º *O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade.*

§ 3º *O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e*

conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Seção V

Disposições Finais

Art. 6º *Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.*

Art. 7º *Regulamentar-se-á esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.*

Art. 8º *Revoga-se, na íntegra, a Lei Municipal nº 2.011, de 26 de dezembro de 2007 e a Lei Municipal nº 2.086, de 29 de dezembro de 2008.*

Art. 9º *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Registra-se e Publica-se

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA

Lei Ordinária Nº 3016/2025 - 18 de dezembro de 2025

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em